

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO?

NON-FORMAL EDUCATION: THE INSTRUMENT OF LIBERATION AND TRANSFORMATION?

Beatriz Cristina de OLIVEIRA^{1,2}; Camila Santos DIAS^{1,3}

¹Centro Universitário Hermínio Ometto – UNIARARAS;

²Graduada em Psicologia;

³Profa. Mestra do Curso de Psicologia;

Autor responsável: Beatriz Cristina de Oliveira. Endereço: Avenida Dr. Maximiliano Baruto, n. 500, Jardim Universitário, Araras – SP. CEP. 13.607-339, e-mail: beatrizoliveira.psi@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, realizada em contextos de educação não formal que teve por objetivo refletir acerca de educação não formal como instrumento de libertação e transformação social, a partir da perspectiva de profissionais de psicologia. Assumiu-se como fundamentos teóricos, os pressupostos da educação libertadora de Paulo Freire. Adotou-se como método o materialismo histórico-dialético, a fim de possibilitar a interpretação e análise do fenômeno estudado. Para o levantamento dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três psicólogas de diferentes instituições educativas não formais. As informações coletadas foram sistematizadas em categorias com base na Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciaram, com base nos relatos das profissionais de psicologia, que a educação não formal configura-se como um primeiro passo no processo de libertação e transformação na vida daqueles que integram os espaços educativos não formais, no entanto, fica o questionamento se essa modalidade educativa, enquanto instrumento na prática cotidiana participantes efetivamente colaborado para a formação humana, de maneira mais integral e abrangente, sobretudo, no sentido de romper com as estruturas sociais desiguais, para a superação das situações e condições de opressão a que estão submetidos.

Palavras-chaves: Educação não formal; Libertação; Transformação.

ABSTRACT

This article presents a study of a Course Completion Work, carried out in contexts of non - formal education that aimed to reflect about non - formal education as an instrument of liberation and social transformation, from the perspective of psychology professionals. It was assumed as theoretical foundations, the assumptions of the liberating education of Paulo Freire. Historical-dialectical materialism was adopted as a method in order to enable the interpretation and analysis of the phenomenon studied. For the data collection, we conducted semi-structured interviews with three psychologists from different non-formal educational institutions. The information collected was systematized into categories based on Content Analysis. The results showed that, based on the reports of psychology professionals, non-formal education is a first step in the process of liberation and transformation in the lives of those who integrate non-formal educational spaces. However, the question is whether this educational modality, as an instrument in everyday practice participants effectively collaborated for human formation, in a more integral and comprehensive way, above all, in the sense of breaking with unequal social structures, to overcome situations and conditions of oppression to which they are subjected.

Key-words: Non-formal education; Liberation; Transformation.

INTRODUÇÃO

O campo da educação não formal, nas palavras de Simson, Park e Fernandes (2001), tem ocupado lugar significativo na sociedade brasileira, configurando-se como uma ferramenta importante para o processo de libertação humana e transformação da realidade social em que vivemos; especialmente, conforme Gohn (2005, 2006, 2007, 2009), no que se refere às questões que envolvem as desigualdades sociais, acesso aos bens e serviços produzidos culturalmente e a igualdade de oportunidades relacionadas aos diversos aspectos de vida, como: educação, saúde, trabalho, segurança e outros.

De acordo com Gohn (2009), esta modalidade educativa tem buscado o desenvolvimento de ações e atividades cuja intencionalidade concerne na promoção de cidadania, principalmente para crianças e adolescentes que dela participam, de maneira que possam lidar e solucionar os problemas emergentes em seu cotidiano. Sendo assim, sua importância reside em favorecer a preparação dos indivíduos para o trabalho, para se organizarem coletivamente, para compreenderem o mundo a sua volta e para lerem criticamente as diversas informações que recebem (GOHN, 2007).

Segundo Caro e Guzzo (2004), a educação não formal é um elemento primordial para o enfrentamento das problemáticas produzidas pelas desigualdades sociais, pois “visa contribuir para a formação integral do indivíduo envolvendo o crescimento pessoal, a consciência da cidadania e a possibilidade de sua inserção na sociedade” (p. 35). Além disso, Soto (2001) defende que também pode colaborar para a construção de modelos educativos que abarquem o desenvolvimento humano de maneira mais abrangente, complexa e integral, viabilizando mudanças individuais e sociais.

Por essa razão, identifica-se a necessidade de que a educação não formal seja vista com atenção, especialmente, porque os trabalhos realizados nos espaços educativos não formais, como nos alerta Soto (2001, p. 259), encontram-se voltados para as camadas mais pobres da população, podendo “ter tanto um caráter transformador das estruturas sociais quanto um caráter reforçador dessas mesmas estruturas”. Em virtude disto, tem-se como objetivo, neste artigo, refletir acerca da educação não formal como instrumento de libertação humana e transformação

social, a partir da perspectiva de profissionais de psicologia que atuam em instituições de educação não formal.

1. Educação não formal: que instrumento educativo é esse?

A educação não formal caracteriza-se pela multiplicidade e pluralidade de atividades e ações educacionais que desenvolve. É uma modalidade educativa cuja aprendizagem ocorre com base nos acontecimentos cotidianos da comunidade e sujeitos que dela tomam parte, a sistematização dos conteúdos e conhecimentos é flexível, e seu público-alvo bastante diverso (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), o que justifica serem seus objetivos e finalidades construídos com aqueles que estão inseridos nos diferentes espaços não formais de educação (GOHN, 2006, 2007; SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001).

Entende-se educação não formal como um conceito de educação ampliado que não se restringe exclusivamente aos processos de ensino e aprendizagem que decorrem nas instituições escolares, mas que extrapolam seus muros, abarcando diferentes espaços e pessoas, via de regra, na formação sobre direitos humanos, lutas contra a desigualdade e a exclusão social, por exemplo (GOHN, 2007; SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001). Isto é, “é aquela que se aprende no ‘mundo de vida’, via os processos de compartilhamentos de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (GOHN, 2014, p. 40).

Nessa perspectiva, os processos educativos devem se adaptar ao meio social e cultural dos indivíduos, de modo flexível e dinâmico, tomando como base os interesses dos grupos, assim o aprendizado acontece de forma não obrigatória (GOHN, 2005, 2006, 2007, 2009). Por isso, o tempo de aprendizagem não é fixado, a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, respeitam as diferenças existentes nos sujeitos e contextos, de maneira que os objetivos do processo de ensino e aprendizagem sejam estabelecidos conforme as necessidades de determinado grupo (GOHN, 2005).

Em outras palavras, as práticas decorrentes da educação não formal devem pautar-se no compromisso com as questões consideradas importantes pelo grupo, constituindo-se como ponto

fundamental para o desenvolvimento das atividades e ações educativas, tornando-se mais importante do que qualquer conteúdo já preestabelecido por pessoas ou instituições (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001). Sendo assim, os elementos existentes na comunidade são valorizados, às vezes mesclados com novos elementos introduzidos pelos educadores, e pela experiência em ações coletivas (GOHN, 2007).

Nesse sentido, a formação dos sujeitos volta-se para aprendizagens de ordem subjetiva, relativas ao plano emocional e cognitivo, bem como aprendizagens de habilidades corporais, técnicas manuais que capacitam os participantes para o desenvolvimento de uma atividade de criação (GOHN, 2007).

Acredita-se que a educação não formal se configura como instrumento educativo potencial para a libertação das pessoas e transformação social, porque nela podem ser encontradas possibilidades de viabilizar a luta dos indivíduos por sua humanização, pautando-se na compreensão de que os sujeitos são agentes de mudanças, capazes de conhecer criticamente o contexto cultural e social que os circunscreve, à medida que se engajam no processo de conquista de sua cidadania (GOHN, 2007; FREIRE, 1984/2014).

Diante disso, é importante ressaltar que o principal público-alvo da educação não formal tem sido, conforme Caro e Guzzo (2004), crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, tendo-se como intenção tirá-los das ruas, das drogas, de criminalidade, de prostituição, e também, possibilitar o desenvolvimento de sentimentos de autovalorização, por meio do resgate de sua autoestima.

Observa-se, com isso, que os espaços em que se realizam as atividades educativas não formais são múltiplos: bairros-associações, organizações que coordenam movimentos sociais, organizações não governamentais, igrejas, sindicatos, espaços culturais, nas próprias escolas, etc. (GOHN, 2005), de modo a abranger mais amplamente os indivíduos para quem se destina este tipo de educação. Assim, deve-se levar conta, para o atendimento da população e realização das atividades e ações educativas nesses espaços, os seguintes princípios:

“[...] o caráter voluntário, proporcionar elementos para a socialização e a solidariedade, visar o desenvolvimento social, evitar formalidades e hierarquias,

favorecer a participação coletiva, proporcionar a investigação e, sobretudo, proporcionar a participação dos membros do grupo de forma descentralizada” (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001, p. 11).

Frente ao exposto, verifica-se que a educação não formal constitui-se como modalidade educativa capaz de efetivamente contribuir para que os indivíduos se tornem cidadãos, capacitando-os por meio do conhecimento do mundo e das relações sociais que se estabelecem no cotidiano de suas vidas, a pensarem criticamente sobre si e sobre o mundo, favorecendo a ação ativa, criadora e transformadora da realidade em que se encontram.

Com isso, pode-se refletir que:

“A possibilidade de realizarmos a educação não-formal está aí, o desafio é fazê-la de tal modo que ela possa tornar-se uma ferramenta transformadora das estruturas sociais, para que a mudança social já não esteja mais no plano de utopia” (SOTO, 2001, p. 259).

A partir disso, evidencia-se a necessidade de se refletir acerca de como esse instrumento educativo tem sido “manuseado” pelos profissionais, neste caso, psicólogos e psicólogas, que atuam no campo educativo não formal, uma vez que faz-se fundamental uma atuação comprometida com os indivíduos e suas demandas, pois a educação não formal enquanto ferramenta de trabalho possui dupla intencionalidade, isto é, pode tanto servir para a libertação e transformação humana e social, como também para a submissão e opressão dos sujeitos, corroborando para o fortalecimento e manutenção das estruturas sociais desiguais (FREIRE, 1984/2014; SOTO, 2001).

1.1. Libertar e transformar: possibilidades da educação não formal?

Para aprofundamento da reflexão acerca da educação não formal como instrumento libertador e transformador que pretendemos, torna-se necessário elucidar, ainda que suscitante, estes conceitos. Muitas são as concepções teóricas que discorrem a respeito do assunto, por isso, adota-se aqui, os pressupostos da pedagogia da libertação de Paulo Freire (1984/2014), a fim de nos auxiliar na definição e explicação referentes às categorias libertação e transformação.

Assim, torna-se pertinente apontar a visão que o autor possui a respeito do ser humano, dado que nos abre um caminho para entender o que é a educação, no caso não formal, e suas contribuições aos indivíduos. Para Freire (1997), o homem é um ser incompleto que vivendo um tempo que é seu; um tempo de que fazeres, é capaz de admirar o mundo, de objetivá-lo, é um ser de práxis, é práxis, é sujeito de busca e, por isso, capaz de transformar, optar, decidir, ir além de si mesmo e das condições de sua realidade.

Segundo ele, o homem ocupa uma posição no mundo, é situado e datado, articulado no tempo e no espaço que sua consciência intencionada capta e transcende. Nesse sentido, é importante considerar que nossa sociedade se estrutura e é demarcada por gritantes desigualdades sociais, as quais nos levam a reconhecer que existem pessoas que vivenciam a negação de sua cidadania, encontrando-se impossibilitadas de desfrutar de seus direitos, resultando na produção do que chama Freire (1984/2014) de desumanização humana. Para ele, “a humanização ou desumanização, dentro de história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (p.40).

Por isso, nos fala que se encontra no próprio homem o ponto de partida da busca humana, em virtude de que não existe homem sem mundo; assim sua busca origina-se nas relações que estabelece com o mundo e com os outros. Dessa forma, as relações (concretas e subjetivas) que os indivíduos estabelecem com os outros precisam ser tomadas como referência para a compreensão da libertação e transformação, pois a educação, enquanto instrumento de intervenção na realidade, poderia contribuir para que os indivíduos modificassem suas condições de existência.

A finalidade da educação deve ser a humanização do homem que apenas se faz possível à medida que possibilita o homem engajar-se na luta por sua libertação, uma vez que a “ideia de liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se” (FREIRE, 1967/1999, p. 17). Assim, o conceito de liberdade pode ser concebido “como o modo de ser o destino do Homem, mas isto mesmo só pode ter sentido na história que os homens vivem” (FREIRE, 1967/1999, p. 14).

Libertação, nesta perspectiva teórica, possui significado de humanização que somente é alcançada quando o oprimido se engaja na luta por libertar-se, superando seus condicionamentos históricos e sociais, de maneira que possa fazer uso de sua liberdade plenamente. A libertação humana, portanto, só é possível ao homem pelo resgate de sua verdadeira humanização, ou seja, por meio da luta por sua libertação e também daqueles que lhe oprimem.

Isto, por sua vez, exige a “inserção crítica dos oprimidos na realidade, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela” (FREIRE, 1984/2014, p. 53), de maneira que “ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua libertação” (FREIRE, 1984/2014, p. 48). Dessa forma, nos deparamos com o conceito ‘transformar’, o qual pode ser entendido como práxis, característica humana que permite aos indivíduos compreender o mundo e atuar sobre ele. Em outras palavras, a práxis é a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1984/2014, p. 52).

Nesse sentido, a inserção crítica de consciência humana em sua realidade só existe na dialeticidade objetividade-subjetividade. A unidade dialética reflexão e ação que nos permite falar sobre a categoria transformação social, em razão de que transformar a realidade é possível pela práxis humana, na qual reflexão e ação não se acham dicotomizadas (FREIRE, 1984/2014).

Transformar, na perspectiva freireana, ganha significado de práxis, atividade humana que integra dialeticamente ação e reflexão, que modifica o mundo dos homens, voltando-se a eles, modificando-os. No entanto, a transformação da realidade é possível aos sujeitos de maneira coletiva, uns com os outros, por meio do diálogo, pois diferentes homens e mulheres mediados por um mundo comum são capazes de pronunciá-lo e modificá-lo conjuntamente.

Identifica-se nas ideias de Paulo Freire uma educação que ao reconhecer o inacabamento humano, pautando seus conhecimentos e saberes nas experiências daqueles que estão inseridos em contextos sociais adversos que distorcem sua humanidade e acreditando que estes são capazes de superar seus condicionamentos históricos, poderia servir para auxiliar na busca do homem por sua libertação e para a transformação de sua realidade.

No que tange à educação não formal esta poderia colaborar para com os sujeitos na abertura das “janelas do conhecimento sobre o mundo que o circunda, os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2006, p. 29), visto que é preciso facilitar o processo de tomada de consciência individual e social que conduza as pessoas para o pleno exercício de sua cidadania, especialmente, porque vivemos numa época em que os problemas econômicos, sociais, políticos, dentre outros, se agravam cada vez mais.

Ademais, pode constituir-se como um instrumento potencial para a libertação e transformação, porque nela encontramos uma possibilidade de viabilizar a luta dos indivíduos por sua liberdade e humanização, uma vez que está pautada na compreensão de que os seres humanos são agentes de mudanças, capazes de conhecer criticamente o contexto cultural em que estão envolvidos, na medida em que se engajam no processo de conquista da cidadania. Essas coisas constituem uma concepção educativa que se coloca a favor dos excluídos, dos marginalizados e oprimidos (GOHN, 2007; FREIRE, 1984/2014). É neste ponto que reside a fundamental relevância e contribuição que esta modalidade educativa possui.

2. MATERIAL E MÉTODO

2.1. Delineamento de pesquisa e coleta de dados

Sabe-se que, conforme Lüdke e André (1986), os fenômenos educacionais possuem características fluidas, dinâmicas e mudanças, o que tem exigido o desenvolvimento de métodos de pesquisa que sejam capazes de abarcar a complexidade que apresentam. Por isso, este estudo enquadra-se na abordagem qualitativa, uma vez que permite ao pesquisador considerar seu objeto de estudo como algo “complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação” (MINAYO, 2000, p. 22).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário FHO/UNIARARAS, sob CAAE nº 43706515.4.0000.5385. Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia, toda a documentação foi revisada, as entrevistas foram gravadas e transcritas. Posteriormente, realizou-se a categorização das informações a partir do conteúdo expresso pelas entrevistadas. Além disso, também foi realizada uma revisão bibliográfica, a fim de aprimorar,

enriquecer e conhecer com maior clareza o assunto investigado.

2.2. Participantes e instituições pesquisadas

Participaram desta pesquisa 03 profissionais de psicologia (Psicóloga A, Psicóloga B e Psicóloga C), com idades entre 28 e 43 anos, atuantes em instituições educativas não formais, com diferentes cargos (o que ocorreu de modo aleatório): coordenadora, psicóloga e profissional de referência, respectivamente. Nas instituições que desempenhavam suas ocupações ofereciam-se para crianças de 5 a 11 anos e adolescentes de 12 a 17 anos, devidamente matriculados e frequentando a escola, atividades diversas como: reforço escolar, oficinas de arte, artesanato, inglês, espanhol, xadrez, capoeira, dentre outras, em período inverso ao escolar.

2.3. Procedimento de Análise dos dados

Apresenta-se neste artigo o recorte dos dados obtidos em uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que, de nossa perspectiva, configura-se como possibilidade de refletir acerca da atuação do profissional de psicologia e suas contribuições no campo da educação não formal, visto que sua inserção na área, apesar de recente, cada vez mais tem sido crescente.

Com base na análise de conteúdo, proposta por Bardin (1979) foram elaboradas as categorias de análise pautadas nos relatos das participantes da pesquisa. Para a autora, esta técnica ocorre em três etapas: 1) pré-análise que consiste na leitura geral do material coletado; 2) exploração do material, momento em que se codificam e transformam os dados, agregando-os em unidades, elencados por palavras, temas ou frases, para a descrição dos elementos presentes no conteúdo; e, 3) tratamento, inferência e interpretação em que o pesquisador busca os conteúdos manifestos e latentes para além do discurso expresso na mensagem.

Assim, quatro categorias foram criadas: 1) *Concepção de educação não formal* contendo a compreensão das participantes a respeito da modalidade educativa em questão, 2) *Práticas e atividades educativas não formais* em que se elencaram quais e como eram as atividades realizadas pelas profissionais de psicologia, 3) *Repercussões na vida dos sujeitos* visando discutir sobre as influências, a partir do ponto de vista das psicólogas, das atividades educativas na vida dos sujeitos que tomavam parte do contexto não forma de educação; e, 4) *O psicólogo na educação não*

formal que buscou refletir acerca da figura do psicólogo no campo da educação não formal, a fim de serem elucidadas as possibilidades e limites colocados a sua atuação profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir será apresentado um recorte dos resultados obtidos nas entrevistas, sendo discutidos com base na bibliografia relacionada ao tema, com o propósito de refletir acerca da educação não formal como instrumento de libertação humana e transformação social, a partir da perspectiva das profissionais que participaram do estudo. Para tanto, elencamos para discussão a categoria “*Concepção de educação não formal*” que buscou conhecer o que as profissionais compreendiam por educação não formal e sua finalidade.

A educação não formal, neste trabalho, tem sido tomada como um instrumento de libertação, capaz de contribuir para a humanização, conscientização e transformação das pessoas e da realidade social em que vivem (FREIRE, 1984/2014; GOHN, 2005, 2006, 2007, 2009). Considerando isso, buscou-se conhecer a compreensão das participantes acerca da educação não formal e seu objetivo enquanto modalidade educativa, sobretudo, porque conforme sinalizamos anteriormente pode tanto se configurar como um instrumento de libertação como também de manutenção das estruturas sociais desiguais.

A Psicóloga A discorreu que: “(...) *eu vejo que a educação é diária, né? [...] usamos sempre a frase: a educação é contínua e diária*”. Este relato traz características que nos levam a pensar na ideia de educação informal devido aos aspectos de continuidade e cotidianidade que ela envolve. Isto é, a educação informal, nas palavras de Caro e Guzzo (2004), acontece diariamente e de forma contínua, se dá nas relações entre as pessoas, de geração para geração, carregada de valores, crenças e tradições, por exemplo. Além disso, de acordo com Gohn (2005; 2006), é transmitida pela família, pelos meios de comunicação em massa como a televisão, o rádio, a internet, em diversos lugares (ruas, bairros, clubes e outros), tendo como demarcações a nacionalidade, a religiosidade, as questões de etnia, sexo, idade.

Há quem defenda que pode não existir na educação informal uma intencionalidade, pois ela decorreria de processos espontâneos e naturais das relações humanas (GOHN, 2005; 2014).

Entretanto, “questiona-se sobre a não-intencionalidade de educação informal e a não-presença do método e do sistema em muitos processos educativos, geralmente nela incluídos” (CARO; GUZZO, 2004). Com isso, perguntamos: serviria à libertação e a transformação essa concepção de educação?

No exposto pelas Psicólogas B e C encontramos:

“A educação não formal é uma forma de educar que acontece fora das instituições do sistema de ensino formal [...] não vamos trabalhar [...] no sentido de desenvolvê-lo para aquilo que é comum e formatado em relação à educação que nós vemos na escola” (Psicóloga B).

“E agora? Você me pegou (risos). Não formal né? [...]. Então, assim... não formal, porque não vai ter um diploma certificando [...] as pessoas acabam [...] conquistando seus direitos como cidadãos [...] essa educação aí... não formal... dá um empoderamento, dá o sentido de pertencimento para as pessoas que precisam desse serviço [...]. Eu acho que ajuda a pessoa a se desenvolver enquanto cidadão” (Psicóloga C).

Identificamos nestes trechos a generalidade do conceito de educação não formal, associado aos espaços fora das instituições escolares, a não obtenção de títulos, diplomas e certificados, assim como sua importância para a vida das pessoas, aprendizagens que acontecem no “mundo de vida”, conforme Gohn (2006). Verificamos que esta compreensão relaciona-se com a que temos trabalhado nesta pesquisa, porém não se resume somente a isso. Para, além disso, é preciso que a educação não formal vise contribuir para a formação e desenvolvimento integral dos indivíduos, capacitando-os por meio de consciência de cidadania a se tornarem cidadãos e possibilitando sua inserção na sociedade (CARO; GUZZO, 2004; GOHN, 2006).

Ademais, é importante destacarmos a ideia de cidadania que apareceu no discurso de Psicóloga C. Segundo Gohn (2009), nos dias de hoje a educação não formal busca desenvolver ações educativas e formativas diferenciadas cuja intenção é a promoção de cidadania. Contudo, a questão merece ser problematizada, pois a cidadania foi

elaborada primeiramente objetivando o controle social, forjada a partir do pressuposto de que as massas populares poderiam ser disciplinadas, posteriormente, passou a ser utilizada como uma ferramenta para a libertação (GOHN, 2012).

Cabe, portanto, refletirmos sobre essas coisas, especialmente, porque foi justamente na resposta de profissional que deixou claro não saber o que é a educação não formal que a ideia de cidadania esteve presente. Para Freire (1984/2014), a educação é um instrumento paradoxalmente alienador e libertador, e que, às vezes, aquele que o utiliza não chega a perceber o significado ou a força desumanizadora ou humanizadora que ele possui.

Podemos dizer, com isso, que apesar de concepção de educação trazida pela Psicóloga C assumir um caráter que caminha em direção à cidadania há a necessidade de compreendê-la com cautela, visto que a não clareza do que a educação não formal, aqui em discussão, poderia configurá-la apenas como uma ideia vaga, resultando num esforço que se pretende libertador, mas que na verdade poderia se fazer alienante e a serviço de opressão.

Com relação aos objetivos da educação não formal, as entrevistadas expuseram que, segundo elas este se constitui em:

“[...] entender cada criança ou adolescente que é, no caso do projeto, dentro de unidade dela, das qualidades e... também que tem o contexto familiar que [...] deixa muito a desejar” (Psicóloga A).

“O objetivo de criação desses espaços de educação não formal [...] é proporcionar um ambiente onde o indivíduo possa ser visto em sua totalidade” (Psicóloga B).

“Para nós o objetivo é promover mesmo a pessoa, é a promoção... prevenção... tudo isso [...] o objetivo é a orientação [...] esclarecimento [...] nosso objetivo é informativo mesmo, ajudar no que for preciso” (Psicóloga C).

Percebemos, a partir destas falas, que o objetivo da educação não formal é entendido de duas maneiras (congruente e incongruente) se relacionados às concepções anteriormente relatadas pelas participantes. Ou seja, por um lado, identificamos ideias vagas que efetivamente não apontam para um propósito específico e, de outro, ideias alinhadas, no sentido de reconhecer a

necessidade de contextos mais abrangentes capazes de integrar os sujeitos na sua singularidade e pluralidade.

Observamos também que os destinos (finalidades) de educação não formal expressos pelas profissionais não apontam para o desvelamento das relações de injustiça, desigualdade, opressão e dominação existentes na realidade como forma de desnaturalização das relações desiguais (concretas e de poder) em que se encontram os participantes desse campo educativo. Tendo isso em vista, somos levados a nos questionar: que tipo de instrumento tem a educação não formal se configurado na prática cotidiana destas psicólogas?

Notamos que os pontos de vista adotados pelas entrevistadas evidenciam-nos em alguns momentos a não clareza acerca do conceito e objetivo da educação não formal, o que permite pensarmos que tais ideias não atribuem um caráter libertador e transformador cujo papel se desempenha ao auxiliar os indivíduos, por meio da conscientização para a cidadania, lutarem pela conquista e igualdade de direitos sociais, de maneira que efetivamente possam modificar suas vidas e realidade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou compreender que a realidade no campo educacional não formal tem crescido na atualidade e chamado diversos profissionais a colaborarem com seu trabalho nesses espaços. Tivemos como objetivo refletir acerca da educação não formal como instrumento de libertação humana e transformação social, a partir da perspectiva de profissionais de psicologia que atuam em instituições de educação não formal.

Frente a isso, pudemos perceber que a educação não formal constitui inúmeras possibilidades de contribuição para a conscientização dos sujeitos, capaz de proporcionar-lhes novas e diferentes formas de ler e compreender o mundo criticamente; no entanto, os relatos das entrevistadas nos levou a questionar se essa modalidade educativa, enquanto instrumento na prática cotidiana das psicólogas participantes da pesquisa, de fato tem colaborado para a formação humana, de maneira mais integral e abrangente, sobretudo, no sentido de romper com as estruturas sociais desiguais, para a superação das situações e condições de opressão, visando à

libertação e humanização das crianças e adolescente integrantes desses espaços.

Mesmo assim, é possível dizer que a educação não formal se configura como uma proposta pedagógica que representa um primeiro passo para o processo de libertação humana e transformação social. Ademais, devemos considerar que a educação formal e a informal também possuem importância neste processo, uma vez que a primeira auxilia na apropriação do conhecimento culturalmente acumulado e, a segunda, é responsável pela transmissão de valores fundamentais para o convívio em sociedade e que podem colaborar para o estabelecimento de relações humanas mais respeitadas, justas e igualitárias. A complementariedade das três modalidades educativas, a nosso ver, pode representar a verdadeira e efetiva contribuição ao desenvolvimento humano que a Educação é capaz de oferecer ao Homem e às transformações de si enquanto pessoa e de sua realidade.

Compreendemos que aí reside a importância de estudos e novas pesquisas no campo educacional que busquem o aprofundamento e entendimento sobre como a educação, especialmente não formal que enfocamos neste estudo, pode, a partir do exercício com diferentes saberes envolvidos nesses espaços, provocar mudanças efetivas e positivas na vida da população atendida nas instituições não formais de ensino, a fim de colaborar para uma sociedade verdadeiramente mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de L. A. Antero e A. Pinheiro, Lisboa: Edições 70, 1979.
- CARO, S. M. P.; GUZZO R. S. L. **Educação Social e Psicologia**. Campinas: Editora Alínea, 2004.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967/1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984/2014.
- FREIRE, P. Papel da educação na humanização. **Revista da FAEBA**, Salvador, n. 7, p. 9-17, 1997. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/1128/FPF_OPF_01_0018.pdf> Acesso em: 10 maio 2015.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, M. G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, série 2., n. 1, 2014. Disponível em: <https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Revista Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, 2009. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/1/5>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003> Acesso em: 5 abr. 2015.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GOHN, M. G. **Não fronteiras: universos da educação não formal**. 2. ed. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso**. 6. ed. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SIMSON, O. R. M. V; PARK, M. B.;
FERNANDES, R. S. Introdução. In: SIMSON, O.
R. M. V; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.
(orgs.). **Educação não-formal**: cenários da
criação. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.
p. 9-19.

SOTO, E. Na lembrança, um sonho ou uma
tentativa de desenvolvimento rural? In: SIMSON,
O. R. M. V; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.
(orgs.). **Educação não-formal**: cenários da
criação. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.
p. 249-261.